Sumário

Lista de Abreviaturas	9
Prefácio	11
Capítulo 1 — Introdução	13
Capítulo 2 — A Cibercultura no Ciberespaço	16
2.1. A cultura efervescente no ambiente digital	16
2.2. Direito constitucional ao caos e o discurso de ódio	26
2.3. Neutralidade de rede e a possível "ditadura dos algoritmos" nos <i>softwares</i> sociais	28
Capítulo 3 — As Redes Sociais Digitais	36
3.1. Redes sociais. Conceito, configurações e funcionalidades	36
3.2. Características das plataformas de relacionamento. Os "memes", a viralização e as <i>hashtag</i>	42
3.3. Histórico do surgimento das redes sociais <i>online</i> e principais finalidades	45
3.4. Repercussões sociais da hiperatividade nas plataformas de relacionamento	52
Capítulo 4 — O Poder Empregatício Virtual	65
4.1. Ciberpoder empregatício. Definições	65
4.1.1. Captura da subjetividade e as empresas em rede	70
4.1.2. Ciberativismo e o empoderamento dos trabalhadores	72
4.1.3. As vantagens e desvantagens das redes sociais <i>online</i> no ambiente empresarial	81
4.2. Ciberregulamentação empresarial e as redes sociais	84
4.2.1. Poder regulamentar virtual e o princípio da transparência	84
4.2.2. Regras de acesso aos perfis nas redes sociais	95
4.2.3. O acesso às redes sociais e o direito constitucional à busca da felicidade	102
4.3. O conteúdo divulgado em redes sociais e a cibervigilância patronal	104
4.3.1. Fiscalização pelo empregador do conteúdo em canais privados nas redes sociais	109
4.3.2. Seleção de empregados e acesso aos perfis dos candidatos nas redes sociais	117
4.3.3. Postagens inverídicas para conquistar ou manter emprego e o direito à mentira	128
4.4. O direito de imagem e a marcação em perfis ou em publicações	131
4.4.1. Menção ao empregador no perfil pessoal ou em postagem nas redes sociais	131
4.4.2. Publicação empresarial com a imagem dos trabalhadores	132
4.4.3. Publicações de empregado contendo o ambiente de trabalho	136

4.5.	A cibercrítica laboral nas redes sociais e a vigilância patronal	139
	4.5.1. A liberdade de expressão na sociedade em rede e a crítica laboral	139
	4.5.2. Análise de decisões judiciais quanto ao direito de crítica laboral	148
	4.5.2.1. "Grande mentiroso e trapaceiro" X "Chega de mentiras! Cadê meu dinheiro, porra?!"	148
	4.5.2.2. "A corna e aquele gordo desgraçado" e "otário"	151
	4.5.2.3. Compartilhamento de publicações contrárias às opiniões políticas do empregador	153
	4.5.3. Ciberregulamentação do direito de crítica laboral	155
4.6.	O controle da jornada e a hiperatividade nas redes sociais	157
	4.6.1. As repercussões da hiperconexão na jornada de trabalho	157
	4.6.2. O direito à desconexão e o ciberregulamento empresarial	159
	4.6.3. Horas de sobreaviso e hiperatividade nos <i>softwares</i> sociais	161
	4.6.4. Dano existencial e o dever de não conexão patronal fora da jornada	165
4.7.	O cyberbullying e o dever empregatício de prevenção	168
	Ciberpoder empregatício e as repercussões no Poder Judiciário	
	4.8.1. Poder Judiciário, Jurisdição brasileira e o Marco Civil da Internet	
	4.8.2. Competência da Justiça do Trabalho e as redes sociais	179
	4.8.3. As redes sociais como partes em processos da Justiça do Trabalho	181
	4.8.4. Ordem judicial para excluir conteúdo e o Marco Civil da Internet	188
Cap	oítulo 5 — A Busca do Engajamento Virtual e o Empoderamento dos Sindicatos	192
Cap	pítulo 6 — Conclusões	199
Ref	erências Bibliográficas	203
	Doutrina	203
	Legislação	212
	Jurisprudência	
	Documentos eletrônicos.	217
	Documentos audiovisuais	223
Lis	ta de Gráficos	
Grá	ifico 1 — Redes sociais mundiais mais famosas (por milhões de usuários)	
Grá	áfico 2 — Sensação de estar junto dos amigos <i>online</i>	
Grá	áfico 3 — Porcentagem de trabalhadores, por cada faixa etária, que encontraram informações em redes sociais sobre colegas de trabalho, que aumentaram ou diminuíram sua opinião sobre eles	
Grá	áfico 4 — Razões dos trabalhadores para utilizar plataformas de redes sociais	
Grá	áfico 5 — Motivos dos trabalhadores para utilizarem as redes sociais por questões pessoais no ambiente de trabalho	